

# IV SIMPÓSIO LUSOBRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA



## IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica

Porto, 9 a 12 de Novembro de 2011

ISBN 978-972-8932-88-6

**Márcia Maria Duarte dos Santos** - mdsantoso@yahoo.com.br

Centro de Referência em Cartografia Histórica, Museu de História Natural e Jardim Botânico, Universidade Federal de Minas Gerais

**Maria Cândida Trindade Costa de Seabra** -

seabra@netuno.lcc.ufmg.br; candidaseabra@gmail.com

Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Registros onomásticos da Comarca de Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais: a toponímia de origem portuguesa em mapas dos Setecentos e Oitocentos.**

#### **Resumo**

Este estudo tem por objeto a toponímia da Comarca de Vila Rica, pertencente à Capitania de Minas Gerais. Sua criação, datada de 1709, ocorreu quando foi instituída a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, por sua vez, sucedeu a Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas de Ouro. A institucionalização dessas circunscrições visava aproximar a administração colonial da região, no Estado do Brasil, em que se verificaram os primeiros descobertos de ouro, cuja abundância foi confirmada, a partir do final dos Seiscentos. A Comarca de Vila Rica que correspondia ao core da área em questão, povoada por indígenas, foi palmilhada, sobretudo, por paulistas e reinóis e, paulatinamente, ocupada por ambos, além de uma numerosa população de escravos. Considerando esse povoamento e sua motivação, acreditamos que os estudos toponímicos realizados em mapas históricos da área permitiriam o patenteamento de aspectos culturais da sociedade da época e ensejariam análises sobre a permanência ou não desses aspectos nos fatos lingüísticos atuais. Com vistas às expectativas expostas, foram analisados o “Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas”, de 1778, e o “Mappa da Comarca de Villa Rica”, de 1779, ambos de autoria de José Joaquim da Rocha e sob a guarda, respectivamente, do Arquivo Histórico do Exército (AHEx, RJ) e da Biblioteca Nacional (BN,RJ), e a “Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes”, de 1804, feita por Caetano Luiz de Miranda, também pertencente ao AHEx, RJ.

**Palavras – chave:** Toponímia histórica de Minas Gerais; Toponímia da Comarca de Vila Rica; Fontes cartográficas históricas de Minas Gerais; Geografia Histórica; Lingüística Histórica.

**Abstract:**

This study has as its object the toponymy of the Vila Rica County, part of the Minas Gerais Province. Its creation, dated from 1709, occurred after the São Paulo and Minas de Ouro Provinces were already generated, which followed the appearance of the Rio de Janeiro Province. Establishing those boundaries aimed to bring near the region's colonial administration, of the Brazilian Nation, where the first discoveries of gold had been made and its abundance could be verified since the end of the Seventeenth Century. Vila Rica County, the core of this referred area and populated with native Brazilians, was mainly trodden by people from São Paulo or the kingdom that have gradually occupied it, in addition to the enormous population of slaves. Considering this settling and its motivation, we believe that the toponymic studies carried out through historical maps of the area have led to evidencing cultural aspects of the then existing society and also motivated analysis on the permanence or not of those aspects in the present linguistic facts. Having in view the exposed expectations, a "Minas Gerais Province with its Counties" map from 1778, and a "Vila Rica County" map, from 1779, both by José Joaquim da Rocha and respectively kept by the AHEx, - Rio de Janeiro ( the Army's Historical Archive) and the BN – Rio de Janeiro (the National Library) and also the "Geographic Chart of the Minas Gerais Province", from 1804, made by Caetano Luiz de Miranda, also belonging to the AHEx, - Rio de Janeiro ( the Army's Historical Archive) were analyzed.

**Keywords:** History Toponymy of Minas Gerais, Toponymy of the Vila Rica County, Historical Cartographic Sources of Minas Gerais, Historical Geography, Historical Linguistics.

**Introdução**

Os topônimos estudados neste trabalho referem-se à Comarca de Vila Rica, pertencente à Capitania de Minas Gerais que foi criada em 1720. Todavia, a criação da Comarca, circunscrição territorial concernente ao poder judiciário, datada de 1709, ocorre quando é instituída a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, que, por sua vez, sucedeu a vastíssima Capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas de Ouro, incluindo áreas do *hinterland* do sudeste e sul da América Portuguesa. Essas medidas visavam aproximar a administração colonial da região, no Estado do Brasil, em que ocorreram os primeiros descobertos de ouro, cuja abundância foi confirmada, a partir do final dos Seiscentos. Ora, o território da Comarca de Vila Rica correspondia ao *core* da área em questão, considerando os achados auspiciosos: no rio Piranga e afluentes, no chamado sertão do Guarapiranga, atribuídos a Duarte Nunes; em Ouro Preto, feitos por Manoel Garcia, nas vertentes dos córregos Tripuí e Passa Dez, por Antônio Dias, nas vertentes da serra do Ouro Preto e do Itacolomi, e pelo Padre João de Faria, nos córregos que drenam o Itacolomi; e no ribeirão do Carmo e seus afluentes, descobertos por João Lopes Lima (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 17-41). Esse território, que foi palmilhado, sobretudo, por paulistas e reinóis e, paulatinamente, povoado por ambos, além de uma numerosa população escrava, já era ocupado,

sobretudo, nas suas bandas orientais, por gentios. Segundo Lima Júnior (1978, p.40), a Capitania já possuía, na época de sua criação, cerca de 250.000 habitantes, compreendendo 100.000 brancos e 100.000 pardos e mestiços, a par de 50.000 escravos africanos. O autor informa ainda que, em 1738, o “crescimento vertiginoso da população” continuava, alcançando mais de trezentas mil almas (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 40). Não obstante, já em uma obra dos Setecentos, Rocha (1995, p. 182), indica, para o ano de 1777, 319.769 almas, das quais 78.618 encontravam-se na Comarca de Vila Rica, a terceira mais povoada da Capitania, repartidas entre brancos, pardos e negros.

Considerando esses dados sobre o contingente e a composição da população da Capitania de Minas Gerais, acredita-se que um estudo toponímico realizado em mapas dessa região tão cobiçada no período setecentista mineiro não se fecha em si mesmo, antes, converte-se em fonte de aproximação e diálogo com outras ciências, oferecendo testemunhos linguísticos, valiosas informações que podem ser utilizadas em diversas áreas do conhecimento humano, dentre elas, a geografia, a geologia, a arqueologia, a biologia e a história. Isso se dá porque o topônimo, além de seu papel referencial, evidencia, também, caráter signico, sugerindo e apontando pistas, informações descritivas e designativas que ajudam a entender o passado e a interpretar fatos do presente. Com vistas às expectativas expostas, foram estudados três documentos da cartografia histórica de Minas Gerais, elaborados nos Setecentos e início dos Oitocentos, a saber: *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas*, realizado em 1778, que se encontra sob a guarda do Arquivo Histórico do Exército - AHEx, RJ; o *Mappa da Comarca de Villa Rica*, de 1779, que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional, e a *Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes*, de 1804, também pertencente ao Arquivo Histórico do Exército- AHEx, RJ (Figuras 1, 2 e 3). E, nesses mapas, foram considerados os registros toponímicos referentes tanto aos acidentes físicos quanto aos humanos, que contabilizaram 211 topônimos. Em relação a este total foram destacados 142 topônimos, cerca de 67% do total, todos de origem portuguesa para constituir o corpora do estudo que se apresenta, visando patentear o testemunho dos mesmos no que diz respeito, além de sua origem, a sua classe, considerando os principais padrões motivadores dos topônimos brasileiros, físicos e antropoculturais, e a sua permanência na toponímia atual.

### **Os mapas e os autores estudados**

O *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas commarcas* e o *Mappa da Comarca de Villa Rica* foram realizados por José Joaquim da Rocha, autor de uma importante e estudada produção cartográfica e de descrições histórico-geográficas da Capitania de Minas Gerais, datadas do último quartel do século XVIII.<sup>1</sup> Rocha, que era português, serviu aos governantes da Capitania de Minas Gerais, como militar, a partir do governo de D. Luis Diogo Lobo da Silva, entre 1763 e 1768, até 1778, quando ocorre sua baixa do serviço militar, na administração de D. Antonio de Noronha (1775-1780). Tendo formação ou a experiência de um engenheiro militar, elaborou mapas, como ele próprio registra na apresentação da monografia dedicada, em 1780, ao Governador e Capitão-General das Minas Gerais D. Rodrigo José de Menezes (1780-1783).

---

<sup>1</sup> Estudos sobre a cartografia de Rocha podem ser encontrados em Ávila *et al* (1989), Costa *et al* (2002), Santos *et al* (2003), Costa *et al* (2004) e Furtado (2009, 2010), e sobre as monografias realizadas pelo autor, em Resende (1995).

Nota-se que são do governo de D. Antônio de Noronha, vários mapas de Rocha, realizados para atender objetivos da administração da Capitania, incluindo-se entre eles o mapa da Comarca estudado neste trabalho, cuja relação apresenta-se a seguir: *Mappa da Capitania de Minas Geraes: que mandou fazer o Illmo. e Exmo. senhor D. Anto. de Noronha, governador e capitão genal. da mesma capitania; Mappa da Comarca do Rio das Mortes, pertencente a capitania de Minas Geraes: que mandou descrever o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Antonio de Noronha Governador e Capit am General da mesma Capitania segundo as mais exactas informações; Mappa da comarca do Sabará pertencente a capitania de Minas Geraes: esta descripção a mandou fazer o Illm. e Exmo. Senhor D. Antonio de Noronha governador, e Capitão general da mesma capitania conforme as mais certas e novas observações feitas com*



Figura 1 - A comarca de Vila Rica, representação de José Joaquim da Rocha, realizada em 1779, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional, RJ.

Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos; Mouchrek, Najla M.



Figura 2 - Representação da Comarca de Vila Rica, "Mappa da Capitania de Minas Gerais com a Devisa de suas Comarcas", realizado por José Joaquim da Rocha em 1777, presente no acervo do Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos;  
Mouchrek, Najla M.



**Figura 3 - Representação da Comarca de Vila Rica, na "Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes, realizada por Caetano Luis de Miranda em 1804, sob a guarda o Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.**

Organização: Santos, Márcia M. Duarte dos;  
Mouchrek, Najla M.

*grade trabalho do seu autor.* Dentre esses mapas, todos autógrafos e que se encontram sob a guarda da BN/RJ, chama-se atenção para o registro do subtítulo do mapa da Comarca de Sabará onde se encontra também abonada a declaração do ofício do autor, feita a D. Rodrigo de Menezes, como se expôs anteriormente. Destaca-se também, a propósito desses mapas, o fato de refletirem a experiência do militar que, no desempenho de suas funções, se tornou um profundo conhecedor do território mineiro.

À produção de Rocha já enumerada juntam-se outros mapas, também autógrafos, realizados muito proximamente da data em que ocorre sua baixa do serviço militar, que correspondem a exemplares da produção citada sobre a Capitania e as Comarcas de Minas Gerais, com algumas diferenças referentes à mudança de escala e a ausência

de iluminuras. Essas representações, com exceção a do mapa da Comarca de Sabará, pertencente ao acervo do Arquivo Público Mineiro, são encontradas no Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, para citar a produção presente em instituições presentes em território nacional. Com relação a essa produção, na qual não se encontra referência à autoridade do Governador D. Antônio de Noronha, observa-se que o mapa da Capitania foi muitas vezes reproduzido. No acervo do AHEX/RJ, encontra-se uma cópia realizada pelo Cap. João Pedro Gusmão N. Mariz, em 1854. Essa representação, que é manuscrita, medindo 36,5cm x 44,5cm, apresenta, entretanto, signos diferentes dos empregados por Rocha, no seu original, além de registrar como título apenas MAPA DA CAPITANIA DE MINAS GERAES. Já na BN/RJ, são encontradas cópias litografadas do Arquivo Militar, sem datas, que não contem, como a anterior, a fonte reproduzida, embora mantenha o título do original do mapa da Capitania citado. No acervo dessa instituição também se encontra uma cópia manuscrita do mapa em questão, com o mesmo título do original, porém sem autoria e data.<sup>2</sup>

Além das características já informadas referentes aos mapas do autor estudado, observa-se, sobre a sua representação da Capitania de Minas Gerais, que foi realizada na escala 1: 304 400,00 (7,5 cm = 40 léguas), tendo seu cálculo baseado na suposição de que o valor da légua fosse o correspondente ao estabelecido pela metrópole portuguesa para sua colônia americana – 6522 m ou 3000 braças, de acordo com Marques (2001, p. 53), uma vez que o cartógrafo não especifica seu valor. Nota-se também que o mapa foi realizado segundo a projeção chamada Plana Quadrada, considerando o meridiano de Ferro como a origem das medidas de longitude, embora este não esteja identificado na representação, que, entretanto, apresenta outros elementos de identificação de propriedades cartográficas, dentre os quais se destaca a legenda. O mapa da Comarca de Vila Rica corresponde também a uma projeção plana quadrada, apresentando a mesma origem das medidas de longitude que o mapa citado anteriormente, ainda sem identificá-la. O mapa em questão não apresenta legenda e sua escala é maior do que o do anterior, correspondendo a 1: 592 909,09 (22 cm = 20 léguas) No que diz respeito a essas escalas diferentes, é importante destacar que elas se encontram significativamente relacionadas a níveis de generalização cartográfica diferenciados.

O autor do terceiro mapa estudado é Caetano Luiz de Miranda que nasceu, em torno de 1774, no arraial Santo Antônio do Tijuco [Diamantina], na região chamada de Serro Frio, formado no início dos Setecentos, com as lavras de depósitos auríferos. Esse arraial, famoso, se tornou o centro do Distrito ou da Demarcação Diamantina, estabelecido pela Coroa portuguesa, em 1734, quando se confirmou a abundância de jazidas de diamantes na área, correspondendo a um enclave político-administrativo, na Comarca do Serro e na Capitania de Minas Gerais, que gozava de governo próprio. Foi nele que Miranda viveu até o seu falecimento, em 1837, tendo trabalhado na poderosa Intendência dos Diamantes, destacando-se nas administrações de Modesto Antônio Mayer, de 1801 a 1807, e na de Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, de 1807 a 1822.

A propósito do seu trabalho na Intendência, segundo Santos, Cintra e Costa (2009), Miranda deve ter sido um funcionário de muita confiança dos Intendentes da Demarcação, além de ser um dos notáveis do arraial do Tejuco, muito

---

<sup>2</sup> A par da produção original do autor citada, este produziu ainda dois outros mapas notáveis, antes do seu falecimento em 1804. Esses mapas são: *Mostrace neste mapa o julgado das Cabeceiras do Rio das Velhas [rio Araguari] e parte da Capitania de Minas Geraes com a deviza de ambas as capitánias*, em 1780, que se encontra na Mapoteca do Itamaraty; e o *Mapa do Rio Doce*, em 1798, pertencente ao Arquivo Nacional.

provavelmente em função da sua posição na Intendência. Se não, como explicar o fato de a Intendência dos Diamantes, sempre de acordo com os autores apontados, entre outros episódios que citam, ter enviado Miranda para representá-la, por ocasião da vinda do D. Pedro, à Capitania de Minas Gerais? Ocasão que, lembra-se, o Príncipe – Regente visava conclamar o apoio dos seus moradores à sua permanência no Brasil e a outras decisões contrárias às pretensões recolonizadoras da Corte, que foram o motivo próximo da independência do Brasil. Nesse caso, o *escriptorio da contadoria da Extração [Diamantina]*, como declarado na representação, segundo Santos, Cintra e Costa (2009) não deveria ocupar um posto pouco expressivo, na hierarquia da administração da Extração Diamantina, pois deveria ser condizente com a homenagem que se buscava prestar.

Miranda que, aparentemente, gozava de prestígio social era reputado como talentoso. Seu talento pode ser comprovado, como citado por Santos, Cintra e Costa (2009), em uma iconografia, conhecida pela sua beleza e pelos aspectos descritivos referentes à lavra de diamantes<sup>3</sup>, datada de 1803, intitulada “Vista do Serviço Diamantino no Sítio do Monteiro no Rio Jequitinhonha...”, oferecida pelo intendente Maier ao governador da Capitania de Minas Gerais, entre 1803 a 1810, à Pedro Maria Xavier de Ataíde e Melo. Seu talento se estende também à cartografia. Dele são conhecidos o [Itinerário da] *Viagem de João Severiano Terrabuzi do Rio de Janeiro ate a Villa do Bom Successo em Minas Novas em 1814* e o *Mappa da Freguezia da Villa do Principe que contem á Nordeste a aplicação do Rio Preto: no Centro a Demarcação Diamantina, encravada nesta, e em parte da Freguezia do Rio Vermelho ao Oriente, e a Sueste o território da Villa do Principe, Itambé, Rio do Peixe e Guanhões*.<sup>4</sup>

Em que pese essa produção, nenhuma das informações levantadas sobre Miranda, pelos estudiosos já citados, revela traços de sua formação que o tivessem capacitado para a realização de trabalhos cartográficos. Sabe-se, porém, que seu pai, Antônio Pinto de Miranda (1730 – ca. 1790), tido também como um artista muito talentoso, é o autor de uma peça cartográfica, denominada “Planta do Arraial do Tijuco”, realizada em 1784.<sup>5</sup> Provavelmente, *o talento de Miranda, um traço de família, e algum aprendizado com o pai o tornaram capacitado para o trabalho cartográfico e artístico, ensejado pela sua ocupação na intendência ou pela sua posição na comunidade do Tejuco* (Santos, Cintra e Costa, 2009).

A representação da Capitania de Minas Gerais, de Miranda, empregada neste estudo, também foi realizada segundo a mesma projeção empregada por Rocha, muito comum nos mapas coevos. Entretanto, essa cartografia foi realizada em um escala maior, cerca de 1:1.734.852,00 ( 7,5 cm = 20 léguas), e apresenta outras características distintas em relação a de Rocha, entre elas, elementos da legenda e o meridiano de origem das medidas de longitude. O uso desse meridiano, muito bizarro, que foi identificado por Cintra e Santos (2009), é denominado Praia.<sup>6</sup>

As escolhas dos autores e de seus mapas apresentados anteriormente, considerando o contingente de representações referentes à Capitania de Minas Gerais, comparativamente ao de outras unidades políticas da América

---

<sup>3</sup> A iconografia, um desenho a bico de pena e em aquarela, pertence ao acervo do Museu do Ouro, - MO, Sabará, MG.

<sup>4</sup> Esses mapas são do acervo do AHEX, RJ, e foram produzidos, respectivamente, em 1814 e 1820.

<sup>5</sup> Essa representação cartográfica pertence ao AHEX, RJ. Nela encontra-se grafado “Teiuco”, no lugar de “Tejuco”.

<sup>6</sup> Seu emprego que não era usual, na cartografia coeva foi usado também em outro mapa, anônimo, que deve ter sido realizado nos finais dos Setecentos, segundo estudo de Santos (2010), no. Semelhanças entre os dois mapas, sugeriram a Santos e Cintra (2011), a hipótese, confirmada, do segundo mapa ter sido a base cartográfica do primeiro.



portuguesa, que se caracteriza por abranger representações de áreas geográficas de dimensões diferentes e correspondentes a distintas circunscrições dos poderes administrativo, judiciário e religioso, foram norteadas pelos critérios expostos a seguir.

Os mapas analisados, neste trabalho, embora distintos, em função da escala cartográfica adotada com relação ao grau de generalização da informação que apresentam, e, um deles, em razão da escala geográfica, registram elementos geográficos planimétricos e altimétricos, comuns, da mesma espécie ou natureza. Eles correspondem a uma classe de mapas – corográficos, que compreende os topônimos que se quer conhecer, referentes: i) aos assentamentos da população – os povoados, as fazendas, os registros ou guardas; ii) aos elementos da hidrografia – rios, ribeirões e córregos; iii) aos elementos do relevo – geralmente, serras. Outro aspecto fundamental referente à escolha das fontes cartográficas consultadas, neste trabalho, diz respeito ao fato desses mapas já serem bastante estudados. Isso permitiu estabelecer com precisão o grau de fidedignidade das informações presentes em todos eles e a propriedade dos conceitos utilizados, possibilitando o uso dessas fontes com as devidas ressalvas.

Nesse sentido, foi devidamente considerada a questão, já registrada por Santos, Cintra e Costa (2009), sobre o fato de a tipologia das povoações apresentadas por Miranda, na Carta Geográfica da Capitania, incorrer em um erro conceitual, ao inserir uma categoria de povoação, que ele chama de arraial, hierarquicamente situado entre os povoados classificados como paróquias ou freguesias, e as capelas. Na Capitania de Minas Gerais, o termo arraial era adotado para designar qualquer povoação que ainda não tinha o estatuto de vila ou cidade. Tendo em vista, essa ressalva os estudos já realizados, notadamente o já citado e o de Santos (2010), puderam também estabelecer, apoiando-se em dicionários históricos geográficos, monografias e outras fontes bibliográficas, a classificação política-administrativa dessas povoações, tipificadas como arraiais e outras, segundo seu estatuto na época de elaboração do mapa. Assim, a classificação proposta por Miranda é empregada, embora fazendo as retificações necessárias. Além dessa questão, outra exposta em um estudo mais recente de Santos e Cintra (2011) ainda foi considerada em relação ao uso do mapa de Miranda, uma vez que os limites orientais da comarca de Vila Rica não estão corretamente posicionados – situados que estão à leste do Caminho Novo, ao longo do seu adentramento na Capitania de Minas, antes de chegar na sua primeira bifurcação, na capela chamada Igreja Nova.

Em relação aos mapas de Rocha, o conhecimento de seu trabalho, bem como as análises do mesmo realizadas para a pesquisa que nos ocupa, permitiram afirmações sobre a fidedignidade dos seus dados, quando cotejados com outras fontes de informações sobre a corografia de Minas Gerais, emprestando este termo de Aires Casal (1976), citando ele próprio e notadamente Barbosa (1995) e Carvalho (1920). Essas análises estão sugerindo inclusive a adoção dos mapas em foco como fontes a serem consideradas nos estudos sobre os topônimos mineiros. Apesar da qualidade dos dados da cartografia de Rocha que se destaca, o fato de sua representação sobre a Comarca de Vila Rica não apresentar legenda constitui um problema. Este, no entanto, foi superado, após análises minuciosas sobre a localização e os significantes dos signos cartográficos que apresenta, comparativamente à localização, os significantes e os significados dos signos presentes em outros mapas do autor, como os que representam a Capitania e as Comarcas. Enfim, o trabalho

efetuado permite afirmar que os significados dos referentes toponímicos presentes nos mapas das Comarcas podem ser decodificados pela legenda presentes no Mapa da Capitania de Minas Gerais analisado neste trabalho.

### **A toponímia: o estudo dos nomes de lugares**

A toponímia é um dos ramos da *Onomástica* – ciência que tem por objeto o estudo de nomes próprios, tanto de pessoas como de lugares. A *Antroponímia* e a *Toponímia* se constituem de elementos lingüísticos que conservam antigos estágios denominativos. Ao estudo de nomes próprios de pessoas – nomes próprios individuais, nomes parentais ou sobrenomes e às alcunhas ou apelidos dá-se o nome de *Antroponímia*; já a *Toponímia* se integra à *Onomástica* como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares.

Por serem iconicamente simbólicos, os nomes de lugares nos oferecem valiosas informações: i) sobre a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo *corpus* de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indica um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; vi) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados.

Examinando as motivações toponímicas sob o ângulo do ambiente, tem-se, nas pesquisas atuais, agrupado os topônimos em duas grandes divisões, a saber: nomes de lugares motivados por natureza física e nomes de lugares motivados por natureza antropocultural, ou seja, examinam-se as motivações toponímicas sob o ângulo do ambiente, físico e social. Tal postura encontra respaldo em Sapir (1961, p.44) que diz não acreditar na força ambiental isolada, mas sim condicionada à força social:

Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos, como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regime de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte.

Embora haja dois grupos de fatores ambientais, o fator físico só se reflete na língua quando, sobre ele, atuou a força social, ou seja, o surgimento de um símbolo lingüístico reporta-se à influência da parte social do ambiente, aos membros do grupo que nele interagem. De acordo com Seabra (2004, p. 55), “em um estudo toponímico, tal fato é bastante evidente, já que no seu léxico se enxerga a cultura de um povo”.

Sobre os topônimos de natureza física, podemos ainda dizer que a nominalização de um lugar não representa – em sua imensa maioria – um fato arbitrário, ao contrário costuma ser totalmente racional e descritivo da realidade geográfica. Em outras palavras, o topônimo tem um caráter preciso e essencialmente utilitário, merecendo por isso ser estudado.

Nesta pesquisa, na qual propusemos realizar estudo toponímico da Comarca de Vila Rica, tomando como base registros cartográficos presentes em três mapas, já anteriormente citados, detivemo-nos na análise de topônimos de

origem portuguesa, que foram motivados pela natureza física e humana. Para isso, adotando um critério metódico de organização das idéias, seguimos as 27 taxinomias toponímicas sugeridas e adotadas por DICK (1990), tendo em vista a motivação do nome.

### **Os Corpora**

Analisando os três documentos selecionados da cartografia histórica de Minas Gerais, elaborados nos Setecentos e início dos Oitocentos, destacamos desses *corpora* os nomes de origem portuguesa:

#### **1. *Mappa da Capitania de Minas Geraes com a deviza de suas comarcas* (1778)**

Neste documento, encontramos taxinomias de natureza física e antropocultural, nomeando 10 acidentes físicos e 16 acidentes humanos<sup>7</sup>. Desses 26 topônimos, 15, ou seja 58 %, são de origem portuguesa. Esse conjunto abrange 3 acidentes físicos, correspondentes a rios e ribeirões, chamados R<sup>o</sup> da Casca, R<sup>o</sup> da Pomba e R<sup>o</sup> Doce, e 12 acidentes humanos, compreendendo: 1 cidade – Mariana; 1 vila– Villa Rica; 8 paróquias– Catas Altas, Caza Branca, Furquim, Oiro Branco, Santa Bárbara, S. Jozé, S. Man.<sup>el</sup> dos Coroados, S. Miguel; e 2 capelas– Abre Campo, Barra do Bacalhao.

#### **2. *Mappa da Comarca de Villa Rica* (1779)**

Datado de 1779, também de autoria de José Joaquim da Rocha, este mapa apresenta, em comparação ao documento de 1778, um número bem maior de acidentes, tanto físicos quanto humanos, o que se relaciona a sua escala, maior do que a do mapa anteriormente apresentado. Rocha amplia os acidentes físicos, acrescentando mais rios e ribeirões; e apresenta, pela primeira vez, os acidentes *ilha*, *cachoeiras* e *serras*. Os acidentes humanos também se expandem: são apresentadas 9 paróquias e 29 capelas a mais que o documento anterior. Nesse mapa, José Joaquim da Rocha destaca, ainda, *fazendas* – acidente humano não mencionado no documento de 1778. Na carta de 1779 são apresentados 46 acidentes físicos e 64 acidentes humanos, totalizando 110 topônimos, sendo de origem portuguesa 70 nomes, o que corresponde a 64% do total.

Dos acidentes físicos representados no mapa, em um total de 25 elementos, 20 correspondem aos rios e ribeirões, a saber: R<sup>o</sup>. Bacallao, R<sup>o</sup>. da Casca, R<sup>o</sup>. das Velhas, R<sup>o</sup>. Dossee, R<sup>o</sup>. do Peixe, R<sup>o</sup> Maria cumprida, R<sup>o</sup> Pegabem, R<sup>o</sup>. Onça Grande, R<sup>o</sup>. Sacramento, R<sup>o</sup>. Santa Bárbara, R<sup>o</sup>. Santa Rita, R<sup>o</sup> Santo Antonio, R<sup>o</sup> Corrente, R<sup>o</sup> S. Estevão, R<sup>o</sup>. S. Gonçalo, Ribeirão Alegre, Ribeirão do Carmo, Ribeirão de João Pinto, R<sup>o</sup>. Turvo Limpo, R<sup>o</sup>. Turvo Sujo. Os 5 acidentes restantes compreendem: 1 ilha – Ilha da Esperança; 3 cachoeiras– Caxr.<sup>a</sup> Escura, Caxr.<sup>a</sup> alegre, Escadinhas; e 1 serra – Serra Alegre. No que se refere aos acidentes humanos, que contabilizam 51 elementos, encontramos: 1 cidade – Mariana; 1 vila– Villa Rica; 16 paróquias– Antônio Pr.<sup>a</sup>, Barra longa, Caxoeira, Camargo, Catas altas, Caza branca, Furquim, Inficionado, Ouro Branco, S. Bárbara, S. Bartholomeu, S. Caetano, S. M<sup>el</sup> dos Coroados, S. Miguel, S. Sebastião,

---

<sup>7</sup> ACIDENTE: Trata-se da natureza semântica da denominação, ou seja, o vínculo entre o nome e o lugar. Divide-se em humanos e físicos. Ao acidente físico está relacionada a geografia da região: rio, ribeirão, cachoeira, córrego, morro. Já ao acidente humano, relacionam-se os lugares habitados pelo homem e as construções por ele realizadas como cidade, distrito, povoado, fazenda, sítio, pequenas propriedades, habitações isoladas no meio rural, pontes. (SEABRA, 2004, p. 49)

Sumidouro; 24 capelas – Abre Campo, Antônio Dias Abaixo, Barra do Bacalhau, Bacalhau, Bento Rodrigues, Boa Morte, Boa Vista, Brumado, Lavras Novas, Manja legoas, Miguel Roiz, Pasaje, Paulo Moreira, Pinheiro, S. Anna do Dezerto, S. Rita, S. An.<sup>lo</sup>, S. Caetano, S. Gonçalo, S. Jozé, S. Sebastião, S. <sup>ra</sup> dos Remédios, S. <sup>ra</sup> do Rozario, Varge; e 9 fazendas – Ponte Nova, Pires, M<sup>el</sup> Rodrigues, Chapada, Chiqueiro, Mathias Barbosa, Catreiras, Lavrinha, Porto das Canoas.

### 3. *Carta Geografica da Capitania de Minas Geraes* (1804)

Este documento de 1804, de autoria do brasileiro Caetano Luiz de Miranda, em relação aos mapas de Rocha, mostra menos rios e ribeirões, uma serra a mais e não menciona ilhas, nem cachoeiras. São apresentados, na sua totalidade, 17 acidentes físicos. Em se tratando de acidentes humanos, Miranda apresenta os elementos *cabeça de comarca, arraial freguesia, arraial e quartel*; mas, o número de acidentes humanos que aponta é menor do que o apresentado por Rocha em 1779, totalizando 58 acidentes. Desse total de 75 topônimos, Miranda registra 57 nomes de origem portuguesa, correspondendo a 76 % dos nomes levantados.

Com relação aos 11 acidentes físicos de origem portuguesa, 8 nomeiam rios e ribeirões – Rio Doce, R. Sto Antio, R. S. Anna, R. Maria cumprida, RR. Pega Bem, R. Conceição, r. S. Pedro, Rio da Pomba; e 3 nomeiam serras– Serra Alegre, Serra Escuro, Serra de São José. Os acidentes humanos que contabilizam 46 elementos compreendem: 1 cidade– Mariana; 1 cabeça de comarca – Villa Rica; 5 arraiais freguesia– Cachoeira, Casa Branca, Catas Altas, Inficionado, Ouro Branco; 8 arraiais – Antônio Pereira, Bento Rodrigues, Camargos, Catas altas, Espera, Pinheiro, S. Sebastião, Sumidouro; 16 capelas<sup>8</sup>– Abre Campo, Arrependidos, Bachalhau, Boa Morte, Capl<sup>a</sup> do Melo, Engenho, Mercês, João Gomes, N. Sra. do Rosário, S. Antônio, S. Caetano, S. João Batista, S<sup>ta</sup> Anna do Deserto, S. Jozé, S<sup>a</sup> dos Rmédios; 9 fazendas – Boa Vida, Casca, Passa Três, Seminário, Borda do Campo, Medeiros, Queiros, Azeredo, Juiz de Fora;<sup>9</sup> , e 6 quartéis – Cunha, Ericeira, João de Araújo, Louriçal, Matias Barbosa, Simão P<sup>ra</sup>.<sup>10</sup>

### **As taxionomias toponímicas**

Os nomes portugueses destacados dos mapas, acima arrolados, podem ser agrupados nas seguintes categorias taxionômicas, de acordo com suas motivações:

#### 1. Motivados pela natureza física:

i) Hidrotopônimos<sup>11</sup> – Barra do Bacalhau (1778), Barra do Bacalhau (1779); Barra longa (1779); R<sup>o</sup> Doce. (1778), R<sup>o</sup>. Dossee (1779), Rio Doce (1804); Caxoeira (1779), Cachoeira (1804); Sumidouro (1779), Sumidouro (1804); R<sup>o</sup> Corrente (1779).

<sup>8</sup> São Caetano já era paróquia, uma das mais antigas da Comarca, por ocasião da realização do mapa.

<sup>9</sup> Neste estudo não estudaremos os topônimos Seminário, Borda do Campo, Medeiros, Queiros, Azeredo, Juiz de Fora, pois, embora estejam no mapa como acidentes da Comarca de Vila Velha, fazem parte da Comarca do Rio das Mortes.

<sup>10</sup> Os “quartéis” Cunha, Ericeira, João de Araújo, Louriçal, Matias Barbosa, Reg<sup>o</sup> do Paraibuna, Simão P<sup>ra</sup>. não serão considerados para estudo pois pertencem à Comarca do Rio das Mortes.

<sup>11</sup> Nomes de lugares que têm por motivação a água.

- ii) Litotopônimos<sup>12</sup> – R<sup>o</sup> da Casca, (1778), R<sup>o</sup>. da Casca (1779), Casca (1804); Oiro Branco (1778), Ouro Branco (1779), Ouro Branco (1804).
- iii) Cromotopônimos<sup>13</sup> – Caxr.<sup>a</sup> Escura (1779), Serra Escuro (1804); R<sup>o</sup>. Turvo Limpo (1779); R<sup>o</sup>. Turvo Sujo (1779).
- iv) Zootopônimos<sup>14</sup> – R<sup>o</sup> da Pomba, (1778), Rio da Pomba (1804), R<sup>o</sup>. do Peixe (1779); R<sup>o</sup>. Onça Grande (1779).
- v) Geomorfotopônimos<sup>15</sup> – Varge (1779); Chapada (1779); Borda do Campo (1804).
- vi) Dimensiotopônimos<sup>16</sup> – Abre Campo (1778), Abre Campo (1779), Abre Campo(1804).

## 2. Motivados pela natureza antropocultural:

- i) Antropotopônimos<sup>17</sup> – Antônio Dias Abaixo (1779), Antônio Pr.<sup>a</sup> (1779), Antônio Pereira (1804); Azeredo (1804); Bento Rodrigues (1779), Bento Rodrigues (1804); Camargo (1779), Camargos (1804); Conceição (1804); Furquim (1778), Furquim (1779); João de Araújo (1804); João Gomes (1804); João Pinto (1779); Lourical (1804); Mariana (1778), Mariana (1779), Mariana (1804); Mathias Barbosa (1779), Matias Barbosa (1804); Medeiros (1804); M<sup>el</sup> Rodrigues (1779), Miguel Roiz (1779); Paulo Moreira (1779); Pinheiro(1779), Pinheiro (1804); Pires (1779); Queiros (1804); Simão P<sup>ra</sup>.<sup>18</sup> Cunha (1804).
- ii) Hagiotopônimo<sup>19</sup> – S. Anna do Dezerto(1779), S<sup>ta</sup> Anna do Deserto(1804); R. S. Anna (1804); Santa Bárbara (1778), R<sup>o</sup>. Santa Bárbara(1779), R<sup>o</sup>. Santa Bárbara(1779); R<sup>o</sup>. Santa Rita (1779), S. Rita (1779); S. An.<sup>lo</sup>(1779), S. Antônio(1804); S. Bartholomeu (1779); S. Caetano(1779), S. Caetano(1804); S. Gonçalo(1779); S. João Batista(1804); S. Jozé (1778), S. Jozé(1779), S. Jozé, (1804); S. Miguel; (1778), S. Miguel (1779); S. Man.<sup>el</sup> dos Coroados (1778), S. M<sup>el</sup> dos Coroados (1779); S. Sebastião(1779), S. Sebastião (1779); S. Sebastião (1804); R<sup>o</sup> S. Estevão(1779); R<sup>o</sup>. S. Gonçalo(1779); R<sup>o</sup> Santo Antonio, (1779), R. Sto Antio (1804); r. S. Pedro (1804); Serra de São José (1804).
- iii) Animotopônimo<sup>20</sup> – Serra Alegre (1779), Ribeirão Alegre(1779), Serra Alegre (1804), Caxr.<sup>a</sup> alegre (1779); R<sup>o</sup>. Bacallao (1779), Bacalhau (1779), Bachalhao (1804); Ilha da Esperança (1779); R<sup>o</sup>. das Velhas (1779); Boa Morte (1779), Boa Morte (1804); Boa Vista (1779); Brumado (1779); Ericeira (1804); Escadinhas (1779); Inficionado (1779); Inficionado (1804); Arrependidos (1804); Boa Vida (1804).
- iv) Sociotopônimo<sup>21</sup> – Catas Altas (1778), Catas altas (1779), Catas altas (1804), Catas Altas(1804); Chiqueiro (1779); Lavras Novas (1779); Lavrinha (1779); Porto das Canoas (1779); Espera (1804); Engenho (1804), Seminário (1804).

---

<sup>12</sup> Nomes de lugares de índole mineral.

<sup>13</sup> Nomes de lugares que fazem referência à cor.

<sup>14</sup> Nomes motivados pelo mundo animal.

<sup>15</sup> Nomes de lugares que têm por motivação a geografia.

<sup>16</sup> Nomes que se revestem do sentido de extensão, comprimento, largura, dimensão, profundidade.

<sup>17</sup> Nomes motivados por pessoas.

<sup>18</sup> Os “quartéis” Cunha, Ericeira, João de Araújo, Lourical, Matias Barbosa, Reg<sup>o</sup> do Paraibuna, Simão P<sup>ra</sup>. não serão considerados para estudo pois pertencem à Comarca do Rio das Mortes.

<sup>19</sup> Topônimos relativos aos santos e santas do hagiológico romano.

<sup>20</sup> Topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual.

<sup>21</sup> Topônimos relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade.

- v) Hierotopônimo<sup>22</sup> – R<sup>0</sup>. Sacramento,(1779); S. <sup>ra</sup> dos Remédios (1779), S. <sup>ra</sup> do Rozario (1779); N. Sra. do Rosário (1804), S. <sup>ra</sup> dos Remédios(1779), S<sup>a</sup> dos Rmédios (1804); Mercês(1804). Capl<sup>a</sup> do Melo(1804); R do Carmo(1779).
- vi) Dirrematopônimo<sup>23</sup> – R<sup>0</sup> Maria cumprida (1779), R. Maria cumprida (1804); R<sup>0</sup> Pegabem, (1779), RR. Pega Bem (1804); Manja legoas (1779), Passa Três (1804).
- vii) Ecotopônimo<sup>24</sup> – Caza Branca (1778), Caza branca (1779), Casa Branca (1804).
- viii) Poliotopônimo<sup>25</sup> – Villa Rica (1778), Villa Rica (1779), Villa Rica (1804).
- ix) Hodotopônimo<sup>26</sup> – Pasaje(1779); Ponte Nova(1779).
- x) Axiotopônimo<sup>27</sup> – Juiz de Fora (1804).

### **Leitura dos dados toponímicos**

Desses *corpora* analisados, podemos destacar a predominância de topônimos motivados por natureza antropológica, entre os quais os nomes religiosos, mais especificamente de santos da Igreja Católica romana. Esses nomes apresentam grande produtividade, no ato de nomeação no período colonial, deixando marcas da fé cristã do colonizador no território recém-desbravado. A par disso, verifica-se também a grande ocorrência de nomes de lugares motivados por nomes de pessoas, na sua maioria, de antigos sesmeiros que ocuparam a região em estudo. Sobre essa tradição, isto é a tradição de nomear os lugares com antropônimos é, ao que parece, tradição ibérica, já que segundo Piel (1989, p. 43), “boa parte do léxico toponímico do noroeste hispânico, a qual se pode avaliar num décimo, pelo menos, da sua totalidade, é constituída por nomes de antigos possuidores rurais, que estes, desde a época latina e através dos séculos medievais, deixaram vinculados às terras que ocuparam, exploraram e transmitiram aos seus herdeiros”.

Em se tratando dos nomes motivados por natureza física, predominam os nomes motivados pela água, ou seja, os hidrotopônimos, seguidos dos litotopônimos, nomes motivados por elementos de origem mineral. Tanto a água, quanto as rochas despertaram grandes interesses no homem português que andava em busca do ouro no período colonial. É interessante salientar que, na categoria de nomes motivados por natureza física, os fitotopônimos, ou os nomes de lugares motivados por plantas, não ocorreram em língua portuguesa em nenhum dos mapas estudados. Nessa época, as plantas não eram o foco dos sertanistas e bandeirantes. Tivemos como fitotopônimos palavras de origem tupi e híbridas (tupi/português).

### **Mudanças na toponímia**

Dos nomes de origem portuguesa, destacados dos *corpora analisados*, nota-se que do total destes, 142, cerca de 20 topônimos, ou seja, 14%, tiveram a partir do século XIX, e, sobretudo, no século XIX, suas denominações mudadas, expandidas ou reduzidas. Assim, considerando os nomes das localidades, particularmente os que se referem aos

<sup>22</sup> Topônimos relativos aos nomes sagrados de diferenças crenças.

<sup>23</sup> Topônimos construídos por enunciados linguísticos.

<sup>24</sup> Topônimo relativo às habitações de um modo geral.

<sup>25</sup> Topônimo que remete a cidades, vilas, povoados.

<sup>26</sup> Topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.

<sup>27</sup> Topônimos relativos a títulos.

assentamentos humanos concernentes às vilas, paróquias e capelas, apresenta-se a seguir as localidades que perderam, total ou parcialmente, os registros taxionômicos do período de sua formação, com suas denominações e referências de localização atuais<sup>28</sup>:

a) Mudanças parciais:

- i) Antônio Dias Abaixo: Antônio Dias, sede municipal; microrregião Ipatinga; mesorregião Vale do Rio Doce; Minas Gerais.
- ii) Capl<sup>a</sup> do Melo: Desterro do Melo, sede municipal; microrregião Barbacena; mesorregião Campos das Vertentes; Minas Gerais.
- iii) Catas altas: Catas Altas da Noruega, sede municipal; Microrregião de Conselheiro Lafaiete; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Minas Gerais.
- iv) Caxoeira: Cachoeira do Campo, distrito do município de Ouro Preto; Microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.
- v) Espera: Rio Espera, sede municipal; microrregião de Viçosa; mesorregião Zona da Mata, Minas Gerais.
- vi) S. Antônio: Santo Antônio do Itambé, sede municipal; microrregião Conceição do Mato Dentro; Minas Gerais.
- vii) S. <sup>ra</sup> do Rozario: Rosário da Limeira, distrito de Muriaé; microrregião Muriaé; mesorregião Zona da Mata; Minas Gerais.

b) Mudanças totais:

- i) Bacalhau: Santo Antônio do Pirapetinga, distrito do município de Piranga; microrregião Viçosa; mesorregião Zona da Mata; Minas Gerais.
- ii) Barra do Bacalhau: Guaraciaba, sede municipal, Microrregião Ponte Nova; mesorregião Zona da Mata, Minas Gerais.
- iv) Caza Branca: Glaura, distrito do município de Ouro Preto / Microrregião – Ouro Preto ; mesorregião – Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.
- v) Inficionado: Santa Rita Durão, distrito de Mariana microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Minas Gerais.
- vi) S. Caetano: Monsenhor Horta, distrito de Mariana; microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Minas Gerais.
- vii) S. Gonçalo: Belo Vale, sede municipal; microrregião Itaguara; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Minas Gerais.
- viii) S. João Batista: Visconde do Rio Branco, sede municipal; microrregião Cataguazes; mesorregião Zona da Mata; Minas Gerais.
- ix) S. Jozé: Barra Longa, sede municipal; microrregião Ponte nova; mesorregião Zona da Mata; Minas Gerais.
- x) S. Jozé: Alto Rio Doce, sede municipal; microrregião Viçosa; mesorregião zona da Mata, Minas Gerais.
- xi) S. Miguel: Rio Piracicaba, sede municipal; microrregião Itabira; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

---

<sup>28</sup> Atualização e localização segundo as fontes: COSTA (1970); BARBOSA (1971); INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1993); ESTADO DE MINAS GERAIS, SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS - IGA (2002; 2006).

xii) S. Sebastião: Bandeirantes, distrito de Mariana; microrregião Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Minas Gerais.

xiii) Sumidouro: Padre Viegas, distrito de Mariana; microrregião de Ouro Preto; mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte; Minas Gerais.

xx) Villa Rica: Ouro Preto, sede municipal município; Microrregião Ouro Preto; mesorregião – Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Em que pese à percentagem muito pouco significativa das mudanças, considerando os nomes de origem portuguesa, nota-se que algumas descaracterizam a origem e a motivação do nome primitivo, o que corresponde, muitas vezes, a perda da identidade cultural dos lugares afetados. É o caso, por exemplo, dos nomes que foram substituídos por personalidade que se destacaram na História do Brasil, como é o caso do topônimo atual *Visconde do Rio Branco*.

Merecem destaque os topônimos portugueses que se alteraram parcialmente, tornando-se híbridos (português + tupi), como a localidade conhecida, outrora, por *Santo Antônio* que teve, contemporaneamente, seu nome expandido para *Santo Antônio do Itambé*. Em se tratando dos topônimos que foram totalmente substituídos, há que se observar:

a) Topônimos que foram substituídos por nomes portugueses:

Casa Branca > *Glaura*;

Inficionado > *Santa Rita Durão*;

S. Caetano > *Monsenhor Horta*;

S. Gonçalo > *Belo Vale*;

S. João Batista > *Visconde do Rio Branco*;

S. Jozé > *Barra Longa*;

S. Jozé > *Alto Rio Doce*;

S. Sebastião > *Bandeirantes*;

Sumidouro > *Padre Viegas*;

Villa Rica > *Ouro Preto*.

b) Topônimos que foram substituídos por nomes indígenas (tupi):

Barra do Bacalhau > *Guaraciaba*

c) Topônimos que foram substituídos por nomes híbridos (português + indígena tupi)

Bacalhau > *Santo Antônio do Pirapetinga*

São Miguel > *Rio Piracicaba*

### **Considerações finais**

A predominância de nomes de origem portuguesa, em relação aos de outras origens, destacados na Comarca de Vila Rica, segue uma tendência observada na Capitania de Minas Gerais, em estudos realizados por Santos e Seabra, já publicados (SANTOS, SEABRA: 2011; SANTOS, SEABRA: 2009). Essa tendência é compatível com o que se verifica também em relação aos dados já organizados em um banco de dados, intitulado “Topônimos Históricos”, ainda não



publicado, referentes aos topônimos da Comarca do Rio das Mortes e de Sabará. Outra tendência verificada, na Comarca de Vila Rica, é a predominância de nomes de origem portuguesa referentes aos acidentes humanos. Em relação a estes, verifica-se também a dominância, mais uma tendência, das taxas denominadas antrotopônimos e hagiotoipônimos. E, como ocorre em outros contextos geográficos da Capitania estudados, os acidentes físicos cujos topônimos têm como origem a língua portuguesa, estes correspondem majoritariamente as taxas de hidrotoponímia e litoiponímia.

Nossa análise sugere que, nesta região de Villa Rica, os topônimos de origem portuguesa foram predominantes não somente em épocas recuadas mas, também, mantiveram-se, mesmo no caso de mudança, como os preferidos pelos denominadores. Por fim, observamos que dos povos portugueses que habitaram essa parte do solo mineiro ou o pisaram como conquistadores, ficaram vestígios na toponímia local, mostrando a designação como um vínculo a um processo histórico em que a civilização portuguesa predomina, porém com infiltrações étnicas, como a de origem indígena. Isso se dá porque os topônimos espelham realidades sociais, constituem-se ferramentas poderosas que nos permite descobrir visões de mundo e formas de relação enquanto construtores de seu *habitat*.

### **Referências bibliográficas**

- ÄVILA, Cristina et al. Cartografia e nconfidência: Considerações sobre a obra de José Joaquim da Rocha. *Anal. & Conj.*, Belo Horizonte, v. 4, nos 2 e 3, maio/dezembro de 1989. p.373-392.
- BARBOSA, Waldemar de A. *Dicionário histórico Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1995..
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasilica ou Relação histórica-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- COSTA, Antônio G. et al. *Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.
- COSTA, Antônio G. et al. *A Cartografia da Conquista do Território das Minas*. Lisboa, Kapa / Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970.
- CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Edições Arquivo do Estado, 1990a.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e Antroponímia no Brasil*. Coletânea de Estudos. São Paulo, 1990b.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo rebelde? José Joaquim da Rocha e a cartografia de Minas Gerais. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 17, n.2, p. 155-187, jul.- dez.2009.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Um cartógrafo nas Minas. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XLVI, N. 2, julho-Dezembro de 2010, p. 153 – 159.
- GREGÓRIO, I. J. *Contribuição Indígena ao Brasil*. 3 v. Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino, 1980.
- HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M.. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

**IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica**  
ISBN 978-972-8932-88-6

LIMA JÚNIOR, Augusto. *A Capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico e Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. 3 v.

MARQUES, Miguel. S. *Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas: cálculo de escalas e conversão de valores de coordenadas geográficas*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

RESENDE, M. E. L. de. Estudo Crítico. In: ROCHA, José Joaquim da (1995), *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

ROCHA, José Joaquim da (1995), *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1995.

SANTOS, Márcia M. Duarte. et al (2003), *Minas Gerais em mapas. Catálogo Digital do Centro de Referência em Cartografia Histórica*, Diamantina, Instituto Casa da Glória, Centro de Referência em Cartografia, Instituto de Geociências, UFMG, 2003.

SANTOS, Márcia M. Duarte; CINTRA, Jorge P.; COSTA, Antônio G. A Capitania de Minas Gerais no início dos Oitocentos, segundo a cartografia de Caetano Luiz de Miranda: informações fidedignas?. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009.

SANTOS, Márcia M. Duarte; CINTRA, Jorge P. Análise da *Carta Geográfica da Capitania de Minas Gerais* de 1804. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009.

SANTOS, Márcia M. Duarte; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais. *Anais do III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Ouro Preto, 2009.

SANTOS, Márcia M. Duarte; CINTRA, Jorge P. A *Carta Geographica* e o *Mappa Topografico e Idrografico* da Capitania de Minas Geraes: a segunda representação, base cartográfica para a primeira? *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Parati, 2011.

SANTOS, Márcia M. Duarte; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa. Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*. Parati, 2011

SANTOS, Márcia M. Duarte. Espaço e Representação nas Minas Setecentistas. *Revista do Arquivo Público mineiro*, Ano XLVI, N. 2, julho-Dezembro de 2010, p. 44 – 59.

SAPIR, Edward. *Linguística como ciência – Ensaio*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

**IV Simpósio LusoBrasileiro de Cartografia Histórica**  
ISBN 978-972-8932-88-6

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. A rota das bandeiras no Estado de Minas Gerais: a região do Carmo. In: *Filologia Bandeirante. Estudos 1*. São Paulo, Humanitas, 2000, p.107-112.

SEABRA, M. C. T. C. *A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras / UFMG, tese de doutorado, inédita, 2v, 2004

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS APLICADAS; ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. *As denominações urbanas de Minas Gerais: cidades e vilas mineiras com estudo toponímico e da categoria administrativa*. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.

### **Referências Cartográficas**

ESTADO de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas- IGA. Mapa das Mesorregiões Geográficas. Escala 1: 1500000. – 2006, 7a ed.. – 1 mpa: impresso, color.

ESTADO de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, Instituto de Geociências Aplicadas- IGA. Mapa de Bacias Hidrográficas.2002 : Esc. 1: 1500000

Caetano Luís de Miranda. Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes: Anno de 1804. - Escala: [1: 1 739 200,00], 20 legoas = 7,5 cm (Légua brasileira = 3000 braças = 6522 m). -1804. -1 mpa: ms, col.; 75,0 x 68.2 cm. (AHEX -Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).

José Joaquim da Rocha. *O Mappa da Capitania de Minas Geraes com a devise de suas Comarcas*. – Escala [1:3.478 400,00], 40 legoas = 7,5 cm (Légua brasileira = 3000 braças = 6522). - 1778 .. – 1mpa: ms, col., (AHEX -Arquivo Histórico do Exército, RJ/RJ).

José Joaquim da Rocha. *Mappa da Comarca de Villa Rica*. – Escala [592 909,09.], 20 legoas = 22 cm (Légua brasileira = 3000 braças = 6522). - 1779 .. – 1mpa: ms, col.; 41,0 x 80,0 cm (BN -Biblioteca Nacional, RJ/RJ).